



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 153, DE 2017

(Do Sr. Alfredo Kaefer)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, por intermédio do Tribunal de Contas da União (TCU), auditorias acerca de supostas irregularidades relacionadas a desvio de dinheiro público federal em obras de escolas no Estado do Paraná, evento investigado também no âmbito da "Operação Quadro Negro".

DESPACHO:

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, I e II, e com o art. 61, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição da República, proponho, ouvido o Plenário desta Comissão, e com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), que seja realizado procedimento fiscalizatório específico com o objetivo de verificar supostas irregularidades relacionadas a desvio de dinheiro público federal em obras de escolas no Estado do Paraná, evento investigado também no âmbito da “Operação Quadro Negro”.

JUSTIFICAÇÃO

A primeira fase da Operação Quadro Negro foi deflagrada em julho de 2015 pelo Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), da Polícia Civil. Na ocasião, ficaram presos por dez dias o dono da construtora, Eduardo Lopes de Souza, e o ex-diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Seed Maurício Fanini. Na sequência, outras duas operações foram realizadas. A terceira e última, em 15 de dezembro, ficou a cargo do Gaeco, que foi chamado para dar auxílio às investigações do Nurce.

Tal operação investiga o desvio de dinheiro público que seria destinado à construção de escolas no Estado do Paraná e têm sido desenvolvidas várias fases da investigação.

Como exemplo das consequências que têm sido geradas pelas supostas irregularidades, tem-se o caso de uma obra de uma escola em Campo Largo (PR), que serviria a 1,2 mil alunos e que hoje simplesmente se tornou um galpão abandonado. Orçada em R\$ 7 milhões, obra em Campo Largo deveria ter sido concluída há dois anos e meio. Construtora foi condenada a devolver mais de R\$ 2,8 milhões.

Segundo reportagem do jornal “Gazeta do Povo” de 12/09/2017, até agora, R\$ 2,854 milhões, entre recursos estaduais e federais, foram repassados à Construtora Machado Valente, que era responsável pela obra. Mas o dinheiro foi impugnado pelo TCE-PR e a empresa terá que devolver os valores aos cofres públicos. O governo do Paraná deve fazer uma nova licitação para concluir a construção.

Enquanto isso, o cenário no canteiro de obras do Ceep de Campo Largo é de completo abandono. Os tapumes de metal foram derrubados, expondo os três prédios que se deterioraram sem uso, enquanto o mato começa a crescer em volta. Manilhas, pilhas de tijolo, escadas de madeira e carrinhos-de-mão jazem pelos cantos, enquanto paredes e vigas inacabadas expõem vergalhões enferrujados, tudo dando a impressão de que os serviços foram interrompidos de uma hora para outra.

Logo à entrada, se estende o primeiro e maior dos prédios que comporiam o complexo do Ceep. Trata-se de um bloco de dois pavimentos, com dezenas de salas e que ocupa uma área do tamanho aproximado de um campo de futebol. A edificação se liga a dois anexos: uma espécie de anfiteatro e uma provável área administrativa. Além de limbo, algumas paredes já apresentam pichações – em uma das quais é possível se ler “respeito é pra quem tem”.

Ao fundo do terreno, há outros dois blocos, menores que o primeiro, mas grandes o suficiente para abrigar mais de uma dezena de salas cada um. Na lateral do terreno, permanecem erguidos um alojamento e um refeitório de madeira, que serviam aos operários que trabalhavam na construção. Ao fundo, uma valeta represa água podre e parada, na qual boiam ripas e pedaços de madeira.

Neste contexto, peço o apoio dos nobres pares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para aprovação do presente pedido de fiscalização para que se apure a extensão dos desvios e se tomem as devidas providências para coibi-los.

Brasília, 6 de dezembro de 2017

Deputado Alfredo Kaefer

FIM DO DOCUMENTO
